



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO –
CONSEPE – Nº 15/2007**

(Revogada pela Resolução nº 30/2013 do Consepe)

Dispõe sobre a criação do Curso de Especialização *Lato sensu* “Segurança Pública: teoria e prática no gerenciamento da polícia comunitária no Estado do Tocantins”, no *Campus* de Araguaína

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 07 de dezembro de 2007, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Referendar a criação do Curso de Especialização *Lato sensu* “Segurança Pública: teoria e prática no gerenciamento da polícia comunitária no Estado do Tocantins”, no *Campus* de Araguaína, aprovada *ad referendum* no Consepe de 9/11/07.

Palmas, 07 de dezembro de 2007.

Prof. Alan Barbiero
Presidente

ep.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA**

(Revogada pela Resolução Consepe nº 30/2013)

Curso de Especialização *Lato Sensu*

**“SEGURANÇA PÚBLICA: TEORIA E PRÁTICA NO GERENCIAMENTO DA
POLÍCIA COMUNITÁRIA NO ESTADO DO TOCANTINS”**

Coordenador
Prof. Dr. Dimas José Batista

2007

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
2. JUSTIFICATIVA	4
3. OBJETIVOS	5
4. GRADE GERAL DAS DISCIPLINAS.....	6
5. METODOLOGIA DO CURSO.....	6
6. CRITÉRIOS DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO	7
7. AVALIAÇÃO	8
8. MONOGRAFIA	8
9. CERTIFICAÇÃO.....	9
10. PLANO DE CURSO.....	9
11. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS.....	16
12. CRONOGRAMA FINANCEIRO	17

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1 Curso: “Segurança Pública: teoria e prática no gerenciamento da polícia comunitária no Tocantins”

1.2 Área do Conhecimento: Humanas. Sub-tema: Prevenção da violência: polícia comunitária

1.3 Instituição: Universidade Federal do Tocantins – UFT

1.4 Unidade: *Campus* de Araguaína

1.5 Coordenador do Curso: Prof. Dr. Dimas José Batista
(dimas@uft.edu.br, dimasjd@yahoo.com.br – 3414-5085/2122-2221)

1.5 Caracterização do Curso:

Duração: 01 (um) ano

Período de realização: março de 2008 a março de 2009

Modalidade: Curso de especialização presencial – *Lato Sensu*

Número de vagas: 40

Público-alvo: policiais civis e militares

2. JUSTIFICATIVA

O curso de pós-graduação *lato sensu* “Segurança Pública: teoria e prática no gerenciamento da polícia comunitária no Tocantins” apresenta-se como uma forte oportunidade de capacitação e aprimoramento das competências e habilidades dos operadores da justiça para prevenção à criminalidade e à violência. Segundo Paulo de Mesquita Neto, o “*policciamento comunitário é uma filosofia de policiamento que ganhou força nas décadas de 70 e 80, quando as organizações policiais em diversos países da América (...) e da Europa Ocidental começaram a promover uma série de inovações na sua estrutura e funcionamento e na forma de lidar com o problema da criminalidade.*” (NETO, 2004:103). Nesse sentido, o curso de pós-graduação ao capacitar os operadores da justiça – policiais civis e militares – promoverá o desenvolvimento de concepções, atitudes e procedimentos mais integrados com a comunidade e a sociedade em que trabalham podendo realizar um combate mais efetivo e produtivo da criminalidade.

Os índices de criminalidade violenta no Estado do Tocantins não se apresentam alarmantes, e, talvez por isso, se torne necessário um entrosamento cada vez maior com a população para que isso não venha a ocorrer. Assim, é sempre desejável melhorar e ampliar os níveis de crédito e confiança no sistema policial por parte da população. Os crimes que mais atormentam a população do Estado, e de Araguaína em especial, são os crimes contra o patrimônio. Os furtos, roubos e arrombamentos preocupam as comunidades. O curso de pós-graduação em questão enfatizará procedimentos e conceitos que permitam identificar as estratégias mais eficazes de combate a esses delitos de forma geográfica definida e por zonas, mapeando as áreas mais atingidas e propondo ações específicas de cooperação entre a polícia comunitária e a comunidade, inspirando um clima de cooperação e confiança. (BEATO, 2007 in <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/infogeo/infogeo23.pdf>, ROLIM, 2004)

O curso de pós-graduação visa também romper com uma visão tradicionalista pré-existente

no seio da corporação de que a “boa” polícia é aquela que reage violentamente. Ou seja, o curso também se justifica por propor uma rediscussão sobre a organização, a administração e as formas de interagir com a comunidade, buscando operar atitudes de mudanças no seio da corporação. O policiamento agressivo e predatório é combativo pela filosofia da polícia comunitária. Segundo, Cláudio C. Beato, diversos motivos *“tem levado as polícias brasileiras a empreender diferentes tipos e experiências de policiamento comunitário. A crescente exposição na mídia das mazelas das organizações policiais tem conduzido a um sentimento crescente entre autoridades públicas e na população de que a estrutura atual das polícias brasileiras deve ser profundamente modificada. (...) Em outras palavras, trata-se de resgatar organizações policiais que funcionam como no século XIX, mas que enfrentam os complexos problemas da criminalidade urbana do século XXI”* (BEATO, 2005)

A criminalidade, a insegurança social e os altos índices de descrédito e confiança vivenciados nos dias de hoje exigem a reestruturação dos sistemas policiais no mundo contemporâneo. A necessidade de embasamento e preparação dos policiais e dos operadores da justiça em geral, mudanças de atitudes e procedimentos internos às corporações e uma maior sinergia com as comunidades são razões que justificam a proposta de capacitação dos agentes e operadores da justiça através do curso “Segurança Pública: teoria e prática no gerenciamento da polícia comunitária no Estado do Tocantins”. Para Marcos Theodoro Scheremeta, os princípios doutrinários da polícia comunitária atenderiam às demandas da população por justiça e sua humanização. Para o autor, a polícia comunitária *“é entendida como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade.”*

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do curso de especialização *lato sensu* “Segurança Pública: teoria e prática no gerenciamento da polícia comunitária no Estado do Tocantins” é promover capacitação e aprimoramento das aptidões, habilidades e competências dos operadores da justiça – policiais civis e militares – que gerem atitudes de sinergia e cooperação entre as instituições policiais e a comunidade da região.

3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso em questão são:

- Priorizar a atuação preventiva (proativa) dos operadores da justiça agindo cirurgicamente para evitar-se a ocorrência de delitos, atenuando-se, assim, o emprego da atuação repressiva;
- Tornar mais presente e permanente a figura do policial junto a uma determinada comunidade;
- Valorizar a parceria e cooperação entre a Polícia e a comunidade na identificação dos problemas que lhes afetam, e conseqüente discussão destes problemas de modo compartilhado, buscando soluções e alternativas conjuntas;
- Proporcionar agilidade nas respostas aos desejos e às necessidades de proteção e socorro da comunidade, os quais são obtidos por meio de pesquisas constantes;
- Ampliar a visão sistêmica de defesa social, de segurança pública e de gestão compartilhada das políticas públicas;
- Gerar bancos de dados que possibilitem um maior controle e participação externa no planejamento e gerenciamento operacional, por parte da população;

- Possibilitar ao policial uma atuação como planejador, solucionador de problemas e coordenador de reuniões para troca de informações com a população;
- Buscar a excelência organizacional, gerencial e cooperativa.

4. GRADE GERAL DAS DISCIPLINAS

Disciplina/Módulo	Carga Horária	Docente	Titularidade
A evolução da polícia, do policiamento e das estratégias de contenção do crime nos séculos XVIII e XIX no Brasil /Modulo I	30	Aline Sueli Salles	Mestre/Direito UFT
Da punição degradante ao controle carcerário: a reabilitação e a gestão social do crime no século XX/Modulo I	40	Altamiro de Araújo Lima Filho	Especialista/ Direito/ ITPAC
Os discursos humanitários: as técnicas e formas de controle sociais integradoras século XX/Modulo I	30	Vasni de Almeida	Doutor/Historia/UFT
Policiamento, Punição e Encarceramento em processo de mudança no mundo globalizado/Modulo II	30	Danilo Frassetto Michelin	Especialista/Direito/ FACDO
A cooperação em segurança pública: uma nova concepção de policiamento/Modulo II	40	Jorge Palma de Almeida Fernandes	Especialista/ Direito/ITPAC
Das penas repressivas e redistributivas às penas alternativas: aspectos legais/Modulo II	40	Evenise Ribeiro de Almeida	Especialista/Direito/ Advogada
Ética e cidadania: preparando o policial-cidadão/Modulo III	40	Mariseti C. Soares Lunckes	Mestre/História/ UFT
Policiamento Comunitário e Direitos Humanos: uma equação possível/Modulo III	40	Martha Victor Vieira	Mestre/História/ UFT
Instrumentos e Práticas de gerenciamento da Polícia Comunitária no Brasil, século XX, geoprocessamento e sensoriamento remoto/Modulo III	40	Luciano Guedes da Silva	Mestre/Geografia/ UFT
Gestão e administração em Segurança Pública: sistemas públicos brasileiros	30	Marcelo Ottoni Durante	Doutor/Sociologia/ SENASP/RENAESP

5. METODOLOGIA DO CURSO

O Curso em questão será regular, porém, com períodos de funcionamento específicos. Terá funcionamento aos sábados e no período de férias escolares. As disciplinas oferecidas obedecerão ao seguinte procedimento metodológico geral:

- I. Aulas expositivas dialogadas – nestas aulas o docente apresentará a fundamentação teórica e metodológica relativa ao ementário e conteúdo programático proposto;
- II. Aulas com estudos dirigidos e coordenados, em que se debaterão os temas e assuntos

pertinentes ao conteúdo programático proposto;

III. As aulas poderão se desenvolver em formato de seminários em que os discentes apresentarão e relatarão as pesquisas efetivadas a respeito do problema disciplinar em foco;

IV. As aulas contarão com dinâmicas de grupo em todos os módulos, onde os grupos poderão discutir conteúdos programáticos apresentados em seminários ou propostos em debates;

V. As aulas poderão recorrer ao uso de recursos áudio-visuais, quando cabíveis, para ilustrar e aguçar a capacidade de argumentação por meio de diferentes tecnologias e linguagens sobre os temas dos conteúdos programáticos;

VI. As aulas poderão recorrer à pesquisa da realidade circundante do discente, visando estimular a capacidade observação e experimentação, sempre que cabível e interconectado com os conteúdos programáticos;

VII. As aulas poderão contar com o relato de sínteses textuais individuais sobre as pesquisas em andamento, favorecendo o debate e troca de experiências entre os educandos.

Todos esses procedimentos didático-pedagógicos devem favorecer um ambiente de cooperação, formação do senso crítico e espírito de liderança para a tomada de decisões diante de problemas concretos vivenciados na experiência profissional do futuro pós-graduado. Pois, segundo Montserrat Moreno (2006) *“Trata-se de encontrar contextos reais nos quais as noções a ensinar adquiram um significado... Uma aprendizagem construtivista caracteriza-se por desencadear processos mentais que ampliam a capacidade intelectual do indivíduo; assim, quando o dado é esquecido, a função adquirida permanece, e, com ela, a possibilidade de readquiri-lo facilmente”* Será neste amplo sentido interdisciplinar, transversal e construtivista, que as metodologias e procedimentos didático-pedagógicos deverão ser executados com os discentes de pós-graduação.

Desta forma, poderão ser trabalhados, como exercícios, atividades ou tarefas, temas transversais que, para Montserrat Moreno: *“... delimitam diferentes campos de observação que podem permitir uma avaliação inicial muito adequada”* pelos alunos *“... ,quanto a elementos fundamentais da educação. Assim, por exemplo, a questão da educação para a Paz levará a observar o nível de violência detectável...”* em diferentes circunstâncias que envolvem diversos grupos sociais, culturais, étnicos e de gênero, permitindo uma avaliação da situação de modo equilibrado. Ou seja, um processo educacional que permita ao pós-graduando lançar vistas sobre os fenômenos sociais, políticos e culturais de modo amplo, profundo e sereno. Portanto, todos os esforços poderão ser mobilizados para atingir ou realizar atividades de caráter interdisciplinar e transversal, assim como os recursos áudio-visuais, as técnicas e as tecnologias.

6. CRITÉRIOS DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO

6.1. Da Inscrição

O processo de inscrição ocorrerá entre 07/01/2008 e 07/02/2008, com ampla divulgação e envolvendo os seguintes pré-requisitos:

- I. Possuir graduação em qualquer curso superior reconhecido pelo MEC, em conformidade com a Resolução n.º 1 de 08/06/2007 desse órgão;
- II. Disponibilidade de tempo para desenvolver plena e efetivamente o curso de pós-graduação em seus horários e cronogramas;
- III. Ser operador da justiça – civil e militar – na ativa;
- IV. Apresentar os seguintes documentos, reconhecidos em cartório ou instituição competente para esse fim:

- a. *Curriculum vitae* comprovado;
- b. Termo de responsabilidade assinado e datado dentro do período de inscrições;
- c. Termo de liberação ou licença assinado pelo superior hierárquico da corporação em que estiver lotado;
- d. Duas fotos 3x4cm, recentes;
- e. Cópia do RG, CPF;
- f. Cópia do Título Eleitoral e do comprovante de votação nas últimas eleições;
- g. Cópia de documento comprobatório de cumprimento das obrigações militares, para o sexo masculino;
- h. Cópia de diploma de ensino superior e/ou equivalente reconhecido pelo MEC, conforme legislação em vigor;
- i. Cópia de histórico escolar do ensino superior, de instituição reconhecida e/ou credenciada junto ao MEC, conforme legislação em vigor;
- j. Realizar um exame de seleção em duas fases: prova dissertativa e entrevista psicológica.

6.2. Da Seleção

A seleção dos candidatos será realizada orientando-se pelos seguintes critérios:

- I. Análise da documentação do candidato;
- II. Realização e aprovação ns duas fases probatórias exigidas na inscrição.

7. AVALIAÇÃO

7.1 O processo de avaliação de desempenho do discente no curso constará dos seguintes instrumentos de aferição:

- Provas escritas;
- Trabalhos escritos individuais: fichamentos, resumos, resenhas, papers, levantamentos bibliográficos;
- Trabalhos coletivos: seminário, oficinas, debate em grupo e dinâmicas coletivas;
- Pesquisas práticas na realidade local.

7.2 A utilização dos instrumentos de avaliação mencionados acima, visam observar o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências nos discentes:

- Iniciativa na exploração dos conteúdos, temas e problemas de cada disciplina;
- Expressividade verbal e articulação de idéias;
- Capacidade de observação, correlação e analogia;
- Capacidade de cooperação e trabalho em equipe;
- Espírito de liderança e capacidade de motivação;
- Organização individual e coletiva;
- Planejamento e resolução de problemas concretos.

7.3 A avaliação por ser um procedimento sistêmico não pode deixar de considerar o curso no conjunto. Assim, a avaliação se estende aos professores, à coordenação do curso, ao atendimento burocrático e administrativo aos recursos humanos envolvidos no curso e às próprias instalações em que o curso será realizado.

8. MONOGRAFIA

As monografias contemplarão os temas sugeridos no Edital de Credenciamento nº. 001/2007 do RENAESP. Serão destinadas para a realização das monografias 90 h/a. Ressalta-se que, ao final do curso, os alunos deverão apresentar e defender, publicamente, uma monografia relativa a uma pesquisa efetivamente realizada, sob a orientação de um dos docentes que atuaram no curso, que destinarão 10 h/a de cada disciplina para orientação e elaboração da monografia, exceto a disciplina 4 do Módulo III. O orientador deve possuir titulação, igual ou superior, a de mestre e/ou especialista. A avaliação será feita por uma banca composta por três professores, indicados pela Coordenação do Curso. A nota mínima para a aprovação será 7 (sete) em cada disciplina, bem como deverá ser a média atingida na monografia no momento de sua defesa. A frequência mínima é de 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina. Ao realizarem suas monografias os discentes terão oportunidade de rever e aprofundar constantemente os seus conhecimentos adquiridos durante o curso, pois é sugestão da Coordenação que o discente faça uma escolha prévia de um dos temas monográficos apresentados pelo Edital, que serão amplamente divulgados, o que proporcionará imediato contato com o tema, desenvolvendo assim a iniciação à pesquisa.

9. CERTIFICAÇÃO

A certificação do curso de pós-graduação *lato sensu* é regulada pela Universidade Federal do Tocantins, através da PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, podendo submeter-se, no que couber, aos ditames do Edital de Credenciamento 001/2007 do RENAESP.

10. PLANO DE CURSO

Módulo I - História das Práticas de Policiamento e de Segurança no Mundo Moderno

1. Disciplina: A evolução da polícia, do policiamento e das estratégias de contenção do crime nos séculos XVIII e XIX no Brasil.

Ementa: O processo de evolução do sistema policial e de controle social do crime. O desenvolvimento da instituição policial nos séculos XVIII e XIX. As técnicas, as estratégias e as táticas de policiamento. O impacto da Declaração Universal dos Direitos do Homem sobre a concepção de policiamento e de crime no Brasil e no mundo.

Objetivo: A disciplina objetiva fornecer um quadro histórico geral da evolução do sistema policial no mundo moderno. Visa apresentar as principais mudanças ocorridas no sistema policial e as formas de controle social do crime nos séculos XVIII e XIX. Almeja demonstrar as estratégias de policiamento e os aprimoramentos dos instrumentos de combate à violência e à criminalidade na era moderna.

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas a partir dos textos orientadores; leitura de textos e realização de pesquisas. Também poderão ser adotados recursos como o relato de experiências com a implementação de debates e troca de conhecimento acumulado ao longo da atividade profissional, estudos e vida dos discentes.

Bibliografia:

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Editora Vozes. Petrópolis. 2006.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 9. ed. Rio de Janeiro Edições Graal, 1990.

REALE, Miguel. Horizontes do Direito e da História. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

FAUSTO, Bóris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo:

Edusp, 2001.

MOORE JR., Barrington. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. trad., João Roberto Martins Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

AMÊNDOLA NETO, Vicende. História e evolução do Direito Penal no Brasil, São Paulo, Julex.

2. Disciplina: Da punição degradante ao controle carcerário: a reabilitação e gestão social do crime no Século XX.

Ementa: O processo de controle social do crime, da criminalidade e do sistema carcerário. O desenvolvimento da instituição policial nos Século XX focalizando a reabilitação do agente criminoso. As técnicas, as estratégias e as táticas de policiamento e do sistema prisional para a ressocialização do delinqüente.

Objetivo: A disciplina tem como objetivos básicos levar o aluno ao contacto com a área do Direito Criminal e, em especial, com as funções da pena e os mecanismos da Execução Penal. Para tanto, serão estudados a História e os princípios filosóficos do Direito Criminal e da pena; os objetivos da reprimenda e suas formas de apresentação; as posições teóricas e a evolução histórica da legislação; a análise da Lei de Execução Penal brasileira e sua aplicação prática.

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas a partir dos textos orientadores; atividades escritas, individuais e em grupo, após apresentação dos textos orientadores; seminários em grupos sobre os temas relevantes que emergirem dos diálogos estabelecidos; exposição de imagens envolvendo ação religiosa e o encarceramento humano; avaliação escrita e individual.

Bibliografia:

CAMARGO, A. L. Chaves. Culpabilidade e Reprovação Penal, São Paulo, Sugestões Literárias.

ZOMER, Ana Paula. Ensaios Criminológicos, São Paulo, IBCCRIM.

MOLINA, Garcia Pablos de. Antonio. Criminologia, São Paulo, RT.

BERISTAIN, Antonio. Nova Criminologia à Luz do Direito Penal e da Vitimologia, Brasília, Ed. UnB.

BRUNO, Aníbal. Das Penas, Rio de Janeiro, Rio.

BITENCOURT, César Roberto. Falência da Pena de Prisão, São Paulo, RT.

MOUSNIER, Conceição. O Ato Infracional, Rio de Janeiro, Liber Juris.

MANREIM, Hermann. Criminologia Contemporânea, São Paulo, IBCCRIM.

SINHORETTO, Jacqueline. Os Justicadores e Sua Justiça, São Paulo, IBCCRIM.

GOULART, José Eduardo. Princípios Informadores do Direito da Execução Penal, São Paulo, RT.

RAMALHO, José Ricardo. O Mundo do Crime – A Ordem Pelo Averso, São Paulo, IBCCRIM.

MINAHIM, Maria Auxiliadora. Direito Penal da Emoção, São Paulo, Ed. RT.

FOULCAUT, Michel. Vigiar e Punir, São Paulo, Vozes.

HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal, vol. I, Forense.

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro, São Paulo, Ed. Revan

CORRÊA, Plínio de Oliveira. Legitimidade da Prisão no Direito Brasileiro, Saggá-DC Luzzato Editores.

ALVES, Roque de Brito. Programa de Direito Penal – Parte Geral, Recife, FASA.

AMÊNDOLA NETO, Vicende. História e Evolução do Direito Penal no Brasil, São Paulo, Julex.

CRUZ, Walter Rodrigues da. As Penas Alternativas no Direito Pátrio, São Paulo, LED

LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente, São Paulo, Malheiros.

3. Disciplina: Os Discursos Humanitários: as técnicas e formas de controle sociais integradoras do Século XX.

Ementa: Os discursos produzidos por cientistas sociais e religiosos sobre a humanidade dos agentes criminosos e os operadores da justiça. As técnicas e formas de controle tendentes à integração dos marginalizados. O impacto dos discursos, técnicas e formas de controle integradoras, no Brasil durante o Século XX. Os processos de valorização da pessoa humana, tanto dos criminosos como dos operadores da justiça.

Objetivo: Analisar os discursos científicos e religiosos sobre os agentes criminosos e os operadores da justiça para perceber o conteúdo humanitário contido nessas duas modalidades de discursos. Analisar as técnicas e formas de controle destinadas aos marginalizados. Possibilitar a compreensão do impacto dos discursos, técnicas e formas de ações integradoras no Brasil durante o século XX. Debater a natureza humanitária das ações integradoras envolvendo agentes criminosos e operadores da justiça.

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas a partir dos textos orientadores; atividades escritas, individuais e em grupo, após apresentação dos textos orientadores; seminários em grupos sobre os temas relevantes que emergirem dos diálogos estabelecidos; exposição de imagens envolvendo ação religiosa e o encarceramento humano; avaliação escrita e individual.

Bibliografia:

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Ética, educação, cidadania e direitos humanos*. Barueri: Manole, 2004.

DUARTE, Ivo Carlos. O papel da religião no processo de reintegração do preso à sociedade: contextualizando a Penitenciária Estadual de Londrina. Curitiba, Universidade Federal do Paraná (UFP). Monografia de Especialização em Tratamento Penal (www.pr.gov.br).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1991.

HUNT, Lynn (org). A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996.

QUIROGA, Ana Maria. Religiões e prisões no Rio de Janeiro: presença e significados. Rio de Janeiro: Iser, 2004 (www.iser.org.br).

WACQUANT, Luic. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Módulo II - O século XX: a transição entre a repressão e a cooperação em segurança pública

1. Disciplina: Policiamento, punição e encarceramento em processo de mudança no mundo globalizado.

Ementa: As táticas, as estratégias e as formas de planejamento do policiamento e seus aspectos jurídicos e sociais. Os aspectos punitivos e de encarceramento e mudanças jurídicas no Brasil contemporâneo. As mudanças normativas e legislativas operadas no campo do direito penal diante de um poder judiciário aberto à sociedade e as diversas formas de criminalidade globalizadas. As técnicas e formas de controle possíveis para o crime em um mundo cada dia mais tecnológico e os impactos legais das mudanças midiáticas, técnicas e tecnológicas.

Objetivo: Analisar as formas de policiamento e suas estratégias, as formas de punição e encarceramento no mundo globalizado.

Metodologia: A metodologia a ser aplicada para o estudo da disciplina, considerado o desenvolvimento, a participação e o interesse dos participantes, poderá e preferencialmente compreenderá a realização de: aula expositiva; aula dialogada; debates; incentivo ao raciocínio jurídico; orientação para a compreensão de texto científico; elaboração de trabalhos científicos; leitura de textos e realização de pesquisas. Também poderão ser adotados recursos como o relato de experiências com a implementação de debates e troca de conhecimento acumulado ao longo da atividade profissional, estudos e vida dos discentes.

Bibliografia:

CARNELUTTI, Francesco. As misérias do processo penal. Editora Conan. 1995.
 CONDE, Francisco Munõz. Direito Penal e controle social. Editora Forense. Rio de Janeiro. 2005.
 IHERING, Rudolf Von. A luta pelo direito. 2. ed. São Paulo: Serie Ouro/Russell, s/d
 TOURRINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007
 CAPEZ, Fernando. Manual de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, s/d.
 BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão, São Paulo, RT.
 CRUZ, Walter Rodrigues da. As Penas Alternativas no Direito Pátrio, São Paulo, LED
 FOUCALT, Michel. Vigiar e punir. Editora Vozes. Petrópolis. 2006.
 NEPOMUCENO, Alessandro. A face obscura da sentença penal. Editora Revan. Rio de Janeiro. 2004.
 QUEIROS, Paulo de Souza. Do caráter subsidiário do Direito Penal. 2.ed. Editora Del Rey. Belo Horizonte. 2002.
 SANTOS, Juarez Cirino. A Criminologia Radical. Editora Lúmen Juris. Rio de Janeiro. 2006.
 QUEIROZ, Paulo. Inovações do Direito Penal. São Paulo: Saraiva. s/d.

2. Disciplina: A cooperação em segurança pública: uma nova concepção de polícia

Ementa: As táticas, as estratégias, as formas de planejamento e de gestão administrativa da segurança pública e seus aspectos jurídicos. Os aspectos organizacionais do sistema policial: inovação, integração e cooperação. As mudanças jurídicas no Brasil contemporâneo e a reestruturação operacional do sistema policial. As mudanças normativas e legislativas operadas no campo do direito penal diante de um poder judiciário que busca uma visão sistêmica da segurança pública.

Objetivo: Avaliar a nova concepção jurídica de crime e de policiamento no Brasil contemporâneo e os impactos legais provocados pelas mudanças tecnológicas e a intervenção da mídia.

Metodologia: Leituras de bibliografias específicas na área do direito penal e prisional; utilização de recursos áudio-visuais, filmes que fortaleçam o debate de sistemas de prisão no Brasil e no mundo, inclusive documentários; realização de seminários em grupo, no início e no final da disciplina; dinâmicas em grupo e trabalhos individuais.

Bibliografia:

BERISTAIN, Antonio. Nova criminologia à luz do direito penal e da vitimologia. trad., Candido Furtado Maia Neto, Brasília, Editora da UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
 SKOLNICK, Jerome H., BAYLEY, David H. Nova Polícia: inovações na Polícia de seis cidades Norte-americana. trad., Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2001.
 PANDOLFI, Dulce Chaves. et. al. (orgs.). Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
 IHERING, Rudolf Von. A luta pelo direito. 2. ed. São Paulo: Serie Ouro/Russell, s/d
 BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão, São Paulo, RT.
 CRUZ, Walter Rodrigues da. As Penas Alternativas no Direito Pátrio, São Paulo, LED
 QUEIROZ, Paulo. Inovações do Direito Penal. São Paulo: Saraiva. s/d.

3. Disciplina: Das penas repressivas e redistributivas às penas alternativas: aspectos legais

Ementa: Os aspectos repressivos e redistributivos do sistema penal brasileiro. A necessidade de replanejamento e adequação de gestão administrativa da segurança pública e seus aspectos jurídicos no Brasil moderno. Os aspectos organizacionais do sistema policial: inovação, integração e cooperação. As mudanças jurídicas no Brasil contemporâneo e a reestruturação operacional do sistema policial. As mudanças normativas e legislativas operadas no campo do direito penal diante de um poder judiciário que busca uma visão sistêmica da segurança pública objetivando uma

punição alternativa que valoriza a pessoa humana. A nova concepção jurídica de crime e de policiamento no Brasil contemporâneo e os impactos legais das mudanças midiáticas, técnicas e tecnológicas.

Objetivo: Contribuir para o reordenamento prisional e sua gestão administrativa e penal, com vistas a recuperar a dignidade do encarcerado e devolvê-lo à sociedade. Busca contribuir para a reintegração social do preso e resgate de sua cidadania.

Metodologia: Leituras de bibliografias específicas na área do direito penal e prisional; utilização de recursos áudio-visuais, filmes que fortaleçam o debate de sistemas de prisão no Brasil e no mundo, inclusive documentários; realização de seminários em grupo, no início e no final da disciplina; dinâmicas em grupo e trabalhos individuais.

Bibliografia:

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. trad., Torrieri Guimarães, São Paulo: Hemus Editora Ltda, 1983.

BERISTAIN, Antonio. Nova criminologia à luz do direito penal e da vitimologia. trad., Candido Furtado Maia Neto, Brasília, Editora da UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito: introdução à problemática científica do direito. trad., J. Cretella Jr. e Agnes Cretella, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

OLIVEIRA, Dijaci David de. et. al. (orgs.). Violência Policial: tolerância zero? Goiânia: Editora da UFG/MNDH, 2001.

PANDOLFI, Dulce Chaves. et. al. (orgs.). Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão, São Paulo, RT.

CRUZ, Walter Rodrigues da. As Penas Alternativas no Direito Pátrio, São Paulo, LED

QUEIROZ, Paulo. Inovações do Direito Penal. São Paulo: Saraiva. s/d.

RIBEIRO DE SÁ, Geraldo. A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade. Rio de Janeiro: Diadorim/EDUFJF, 1996.

SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo: 1822-1940. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

SKOLNICK, Jerome H., BAYLEY, David H. Nova Polícia: inovações na Polícia de seis cidades Norte-americana. trad., Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2001.

ZIMMERMANN, Augusto. Teoria geral do Federalismo Democrático. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2005

Módulo III - O Gerenciamento da Polícia Comunitária no Tocantins: parceria entre o estado e a sociedade

1. Disciplina: Ética e Cidadania: preparando o policial-cidadão

Ementa: A ética consiste num virtuoso instrumento para o exercício da cidadania, a fim de que os direitos individuais e coletivos - culturais, de gênero, étnicos e políticos - sejam respeitados. A ética e as diferenças multiculturais. O culturalismo e a cidadania: orientação sexual e os conflitos geracionais.

Objetivo: A importância da ética nas ações cotidianas, buscando ressaltar a responsabilidade dos operadores da justiça - civis e militares - para a consolidação de uma cultura cidadã no Brasil. Os direitos do cidadão após a Constituição de 1988 e o multiculturalismo brasileiro. A relação entre ética e justiça. A relação entre democracia, cidadania e segurança pública. A importância da ética da responsabilidade para a atuação dos policiais junto à comunidade.

Metodologia: Aulas expositivas, leitura, discussão e produção de textos.

Bibliografia:

BOBBIO, Norberto. Direitos do homem e sociedade. In. _____ A era dos direitos. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 82-97.

CARVALHO, José Murilo. A cidadania após a redemocratização. In. _____. Cidadania no Brasil: um longo caminho. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 199-217.

COMPARATO, Fábio Konder. Segurança e democracia. In. LAMOUNIER, Bolívar. et all (Orgs.). Direito, cidadania e participação. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981. p. 197-229.

PEGORARO, Olinto A. A ética das normas. In. _____. Ética é justiça. 8ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 54-82.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, s/d. p. 105-124.

2. Disciplina: Policiamento Comunitário e Direitos Humanos: uma equação possível.

Ementa: As práticas e estratégias de policiamento comunitário no Tocantins: histórico e modelos de policiamento comunitário. Os direitos humanos, a cidadania e o policiamento comunitário. Relações étnicas e de gênero e seu respectivo enfrentamento no âmbito da polícia comunitária e a gestão dos conflitos sócio-culturais.

Objetivo: Analisar, de forma interdisciplinar, as temáticas relacionadas à problematização dos direitos humanos e polícia comunitária em âmbito nacional e regional; oportunizar momentos de discussão e interação entre diferentes sujeitos e saberes, buscando direcionar estes saberes para as práticas cotidianas de trabalho.

Metodologia: Dentro de uma proposta interdisciplinar de trabalho busca-se a interlocução entre as duas temáticas propostas: direitos humanos e polícia comunitária. Para tanto, propõe-se leituras de textos, estudo de casos, discussão grupal e realização de pré-projetos que possam, de forma experimental, dinamizar o cotidiano de trabalho dos participantes da disciplina. Utilização, como recursos didático-pedagógicos, de data-show, TV e vídeo, mapas do Brasil, do Tocantins e de Araguaína, com suas zonas de policiamento.

Bibliografia:

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. São Paulo: Edusp, 2001. (Série Polícia e Sociedade).

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *A polícia e os direitos humanos – Coleção Polícia amanhã. Textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1998.

_____. *Do patrulhamento ao policiamento comunitário – Coleção Polícia amanhã. Textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNIZ, Jacqueline. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de doutoramento: Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

_____. *A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional*. Security and Defense Studies Review. Vol. 1. 2001. disponível em <http://www.ndu.edu/chds/journal/PDF/Muniz-final.pdf>

REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Edusp, 2004. (Série Polícia e Sociedade).

ROLIM, Marcos. *A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOUZA, Cibeli de. *História da Polícia Militar de Goiás*. In *O Anhangüera*. Goiânia: Polícia Militar de Goiás. Ano I, n. I, Janeiro de 1999.

TONRY, M. MORRIS, N. *Policiamento moderno*. São Paulo: Edusp, 2003. (Série Polícia e Sociedade).

3. Disciplina: Instrumentos e Práticas para Gerenciamento da Polícia Comunitária no Brasil,

Século XX - Geoprocessamento e sensoriamento remoto: a gestão pública da segurança

Ementa: Conceitos básicos em sensoriamento remoto e geoprocessamento. Técnicas de interpretação de imagens de sensoriamento remoto. Aplicabilidade do geoprocessamento em projetos de planejamento estratégico e tático na área do gerenciamento de pessoas e de recursos técnicos. Gestão de políticas públicas e privadas orientadas para o policiamento comunitário e administração de recursos humanos, pessoais e orçamentários. O uso de imagens de satélites no estudo de ambientes transformados.

Objetivo: Apresentar aos alunos os conceitos básicos em sensoriamento remoto, as técnicas de sensoriamento remoto aplicadas ao geoprocessamento e a cartografia digital para elaboração de cartas e mapas temáticos, assim como as potencialidades do geoprocessamento como ferramenta de tomada de decisões em projetos de planejamento, organização e gestão de políticas públicas e privadas de administração de recursos humanos, técnicos e financeiros.

Metodologia: Aulas expositivas e explicativas, leitura e discussões de textos, trabalhos individuais ou grupais; aulas práticas de manuseio e interpretação de produtos de sensoriamento remoto com auxílio de computador e datashow.

Bibliografia

ASSAD, E. e SANO, E. E. Sistema de Informações Geográficas: Aplicações na Agricultura. Brasília: EMBRAPA/CPAC, 1993
FLORENZANO, T. G. Imagens de Satélites para Estudos Ambientais. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.
MOREIRA, M. A. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. 3ª. ed. atual. ampl. – Viçosa: Ed. UFV, 2005.
ROSA, R. Introdução ao Sensoriamento Remoto. Uberlândia: EDUFU, 1995.
ROCHA, C. H. B. Geoprocessamento: Tecnologia Transdisciplinar. Juiz de Fora, MG: Ed. do Autor, 2000.

4. Disciplina: Gestão estratégica no contexto do Sistema Único de Segurança Pública

Ementa: Formação histórica do Sistema de Segurança Pública no Brasil. Sistema Único de Segurança Pública. Monitoramento e avaliação de resultados de políticas públicas. Modelos de Gestão em Segurança Pública. Gestão orientada para solução de problemas. Indicadores de Desempenho em Segurança Pública.

Objetivo: Fornecer os fundamentos da reflexão estratégica no contexto do Sistema Único de Segurança pública, visando incrementar a efetividade das ações e políticas de segurança pública, privilegiando a informação como principal ferramenta de ação dos órgãos de segurança pública.

Metodologia: Aulas expositivas e explicativas, leitura e discussões de textos, trabalhos individuais ou em grupos. Aulas práticas de manuseio e interpretação de produtos de sensoriamento remoto com auxílio de computador e datashow.

Bibliografia:

ANDRADE, Mônica Viegas & PEIXOTO, Betania Totino. Avaliação econômica de programas de prevenção e controle da criminalidade no Brasil, 2005.
COSTA, Arthur e Souza, Bruno. Relações intergovernamentais e segurança pública: uma análise do Fundo Nacional de Segurança Pública, 2007.
GOVERNO BRASILEIRO. Projeto Segurança Pública para o Brasil: Sistema Único de Segurança Pública (2003)_;
GOVERNO BRASILEIRO. Relatório de Ações da Senasp: Sistema Único de Segurança Pública, Brasília (2007). GOVERNO BRASILEIRO. Uso de informações na gestão de ações de

segurança pública, Brasília (2006). Apostila da Rede Nacional de Ensino a Distância em Segurança Pública.

GOVERNO BRASILEIRO. Operacionalização da análise criminal: conceitos básicos. Brasília (2007) – Apostila da Rede Nacional de Ensino a Distância em Segurança Pública.

HARRIES, Keith. Mapeamento da criminalidade: princípios e prática (www.crisp.ufmg.br/livro.htm)

ILANUD. Os Indicadores de Avaliação de Desempenho: uma ferramenta para a gestão por resultados na América Latina.

JANUZZI, P.M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56(2): 137-160, abr/jun, 2005.

KAHN, Túlio. Indicadores em prevenção municipal da criminalidade, in: Prevenção da violência: o papel das cidades. João Trajano Sento-Sé (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Renato Vieira de e REIS, Gilberto Protásio dos. O controle da polícia no Brasil: uma introdução ao controle científico da polícia. Belo Horizonte, 2005.

WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

11. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS

A seguir, considerações a respeito da infra-estrutura do *campus* da UFT em Araguaína, referentes às instalações disponíveis para realização do curso de pós-graduação em questão:

- **Colegiado de História**, via Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência - NUPEV, executor do curso, dispõe de 04 salas de aula de 50m², contendo cada uma: 02 ventiladores de parede, uma lousa branca, 01 telão *visograf*, uma mesa e uma cadeira para o docente, 50 carteiras escolares. Uma sala de aula com as seguintes especificações: 40m², 02 ventiladores de parede, uma lousa branca, 01 telão *visograf*, uma mesa e uma cadeira para o docente, 40 carteiras escolares. Uma sala de cartografia com 40m², 02 ventiladores de parede, uma lousa branca, 01 telão *visograf*, uma mesa e uma cadeira para o docente, 25 pranchetas de cartografia. Ainda, no tocante às instalações, o Colegiado dispõe de: uma sala de coordenação com 40m², 01 aparelho de ar condicionado, 03 mesas de trabalho, 01 computador com acesso à internet, 01 computador sem acesso à internet, 01 datashow e um *notebook* destinados a atividades acadêmicas. Conta, ainda, com os seguintes serviços de apoio:

- **Secretaria das Coordenações** - sala de 7,7m², 01 aparelho de ar condicionado, 02 mesas de trabalho, 01 computador com acesso à internet e impressora.

- **Secretaria Acadêmica** - sala de 35m², 01 ar condicionado, 06 mesas de trabalho, 05 computadores com acesso à internet e impressora; 06 servidores.

- **Almoxarifado Central** - sala de 30m², atendimento às duas unidades do *Campus* de Araguaína, com produtos de consumo e 01 servidor.

- **Apoio áudio-visual** – anexo ao almoxarifado – sala de 10m², 3 TVs, 1 DVD, 11 retroprojetores, 1 datashow, 2 microsystems, 2 aparelhos de som, 4 videocassetes; 01 servidor.

- **Sala de Projeção** - sala de 50m², 01 aparelho de ar condicionado, 45 cadeiras acolchoadas e 01 aparelho de videoconferência; 01 servidor.

- **02 Laboratórios de Informática** - 50m², 01 aparelho de ar condicionado, 42 computadores com acesso à internet à disposição dos acadêmicos; 03 servidores.

- **Biblioteca** – sala de 207m², 02 aparelhos de ar condicionado, 7 computadores com acesso à internet, 4 mesas de trabalho, 2 mapotecas, 65 estantes para livros, 1 expositor para

revistas, 1 estante para fitas, 30 caixas para periódicos, 10 cabines para estudo individual, 1 carrinho para transporte de livros, 1 balcão com 12 compartimentos, 3 armários de 16 portas cada um, 14 mesas redondas para estudo, 65 cadeiras para os acadêmicos; 06 servidores.

Ainda, no tocante à infra-estrutura, o *campus* conta também com os seguintes Setores Administrativos: Secretaria da Direção, Coordenação Administrativa, Desenvolvimento Humano, Ouvidoria, Protocolo e Reprografia, esta última terceirizada. A principal inovação tecnológica apresentada pela proposta será promovida pela disciplina que discute o uso de geoprocessamento e de sensoriamento remoto como instrumentos e ferramentas úteis à Polícia Comunitária no combate à criminalidade, como se pode observar no quadro geral das disciplinas, ementário, objetivo, metodologia e bibliografia da disciplina: Instrumentos e práticas para gerenciamento da Polícia Comunitária no Brasil, Século XX - Geoprocessamento e sensoriamento remoto.

Com relação ao desempenho de atividades de formação dos profissionais de segurança pública, conferir Currículos anexos, notadamente dos professores: Evenise Ribeiro de Almeida, Altamiro de Araújo Lima Filho, Mariseti Cristina Soares Lunckes, Martha Victor Vieira e Jorge Palma de Almeida Fernandes. Estes docentes possuem uma atuação mais direta na formação de operadores da justiça. Quanto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – NUPEV, ver anexo.

12. CRONOGRAMA FINANCEIRO